

ANEXO I

Declaração de aceitação do Caderno de Encargos
[a que se refere [a alínea a\) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP](#)]

Rosalina Monteiro dos Santos Simões, titular do Cartão de Cidadão n.º 06715914 1 ZZ4, emitido pela República Portuguesa, residente na Rua Engenheiro Guilherme Gomes dos Santos, n.º 8, Valdeira, 3100-372 Pombal, Gerente, na qualidade de representante legal da Valeixa – Construção Civil, Lda., NIPC 502 602 619, sede na Rua Faria da Gama, n.º 10, Barrocas, 3100-320 Pombal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Procedimento de “**Centro de Formação e Reabilitação Profissional da CERCIPOM - Proc. n.º 40/2020**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Decreto – Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro.
- b) Nota Justificativa do preço proposto;
- c) Memória Descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
- d) Documento a que alude o n.º 4 do Artigo 60º do CCP;
- e) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
- f) Proposta de preço de acordo com modelo constante no Anexo II;
- g) Plano de trabalhos, tal como definido no artº 361 do Dec. Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, nomeadamente:
 - 1) Plano de trabalhos;
 - 2) Plano de mão-de-obra e Plano de equipamento;
 - 3) Plano de pagamentos e Cronograma financeiro;
- h) Certidões;
- i) Atributos da proposta;
- j) Termo de suprimento de Erros e Omissões Proposta de Preço;
- k) Declaração de preço anormalmente baixo;
- l) Declaração de Subempreitada – 9ª Subcategoria da 4ª Categoria;
- m) Declaração de Subempreitada – 12ª Subcategoria da 4ª Categoria.

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 22 de Julho de 2020